

TO DE PEREMPÇÃO. Se o agendamento do atendimento junto à Repartição Fiscal se deu dentro do prazo de 30 dias, não pode o contribuinte ser prejudicado, pois que o atraso na apresentação da Impugnação decorreu de circunstâncias do próprio Estado. RECURSO A QUE SE DÁ PROVIMENTO para levantar a perempção. O prazo para recurso se inicia após a intimação pela Inspetoria de origem.

**Decisões proferidas na Sessão Ordinária  
por videoconferência do dia 24/08/2020**

Nota: As decisões publicadas não produzem efeitos jurídicos de ciência do ato. Os acórdãos serão disponibilizados no portal do Conselho de Contribuintes no prazo de dois dias úteis a contar desta publicação.

Recurso nº 75.077. - Processo nº E04/037/100297//2018. - Recorrente: M-I SWACO DO BRASIL - COMÉRCIO SERVIÇOS E MINERAÇÃO LTDA. - Recorrida: SÉTIMA TURMA DA JUNTA DE REVISÃO FISCAL. - Relatora: Conselheira Luciana Dornelles do Espírito Santo. - DECISÃO: Por maioria de votos, foi acolhida a preliminar de decadência, suscitada pela Recorrente, para declarar extinto o Crédito Tributário, nos termos do voto da Conselheira Relatora. Vencido o Conselheiro Rubens Nora Chammas, que rejeitava a preliminar. - Acórdão nº 19.017. - EMENTA: ICMS-ST. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS ALCANÇADOS PELA DECADÊNCIA. Passados mais de cinco anos da ocorrência do fato gerador do imposto, forçoso reconhecer a decadência do direito do Fisco de proceder ao lançamento. RECURSO A QUE DÁ PROVIMENTO PARA DECLARAR A DECADÊNCIA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO OBJETO DO AUTO DE INFRAÇÃO. O prazo para recurso se inicia após a intimação pela Inspetoria de origem.

Recurso nº 75.075. - Processo nº E04/211/3046//2018. - Recorrente: M-I SWACO DO BRASIL - COMÉRCIO SERVIÇOS E MINERAÇÃO LTDA. - Recorrida: SÉTIMA TURMA DA JUNTA DE REVISÃO FISCAL. - Relatora: Conselheira Luciana Dornelles do Espírito Santo. - DECISÃO: Por maioria de votos, foi acolhida a preliminar de decadência, suscitada pela Recorrente, para declarar extinto o Crédito Tributário, nos termos do voto da Conselheira Relatora. Vencido o Conselheiro Rubens Nora Chammas, que rejeitava a preliminar. - Acórdão nº 19.016. - EMENTA: ICMS-ST. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS ALCANÇADOS PELA DECADÊNCIA. Passados mais de cinco anos da ocorrência do fato gerador do imposto, forçoso reconhecer a decadência do direito do Fisco de proceder ao lançamento. RECURSO A QUE DÁ PROVIMENTO PARA DECLARAR A DECADÊNCIA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO OBJETO DO AUTO DE INFRAÇÃO. O prazo para recurso se inicia após a intimação pela Inspetoria de origem.

**Decisões proferidas na Sessão Ordinária  
por videoconferência do dia 05/08/2020**

Nota: As decisões publicadas não produzem efeitos jurídicos de ciência do ato. Os acórdãos serão disponibilizados no portal do Conselho de Contribuintes no prazo de dois dias úteis a contar desta publicação.

Recursos nºs 75.024 e 75.025. - Processos nºs E04/211/12834/2019 e E04/211/12498/2019. - Recorrente: JUNTA DE REVISÃO FISCAL. - Interessada: BRINK'S SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA. - Relatora: Conselheira Luciana Dornelles do Espírito Santo. - DECISÃO: Por maioria de votos, foi negado provimento ao recurso de ofício, nos termos do voto da Conselheira Relatora. Vencido o Conselheiro Bruno Velloso Durão. Acórdãos nºs. 18.999 e 19.000. - EMENTA: ICMS - RECURSO DE OFÍCIO. Confirmada a decisão do julgador de Primeira Instância, pelos seus próprios motivos e fundamentos. RECURSO DE OFÍCIO DESPROVIDO.

**Decisão proferida na Sessão Ordinária realizada  
por videoconferência do dia 04/08/2020**

Nota: As decisões publicadas não produzem efeitos jurídicos de ciência do ato. Os acórdãos serão disponibilizados no portal do Conselho de Contribuintes no prazo de dois dias úteis a contar desta publicação

Recurso nº 71.293. - Processo nº E-04/006/3152/2016. - Recorrente: RODNEI M. P. FILTROS LTDA. - Recorrida: TITULAR DA AFR 64.12 - SUL. - Relatora: Conselheira Luciana Dornelles do Espírito Santo. - DECISÃO: Por maioria de votos, foi dado provimento ao recurso voluntário, para levantar a perempção, nos termos do voto da Conselheira Relatora. Vencido o Conselheiro Rubens Nora Chammas, que negava. - Acórdão nº 18.998. - EMENTA: ICMS. OMISSÃO DE RECEITA. LEVANTAMENTO DE PEREMPÇÃO. Nos termos do artigo 253 do CTE, o julgador pode levantar a perempção, se considerar relevantes os argumentos do contribuinte. No caso em tela, a possibilidade do lançamento ter sido realizado com erro de premissa e de se estar diante de um bis in idem justificam a apreciação do mérito. RECURSO A QUE SE DÁ PROVIMENTO para levantar a perempção. O prazo para recurso se inicia após a intimação pela Inspetoria de origem.

**Decisões proferidas na Sessão Ordinária  
por videoconferência do dia 07/07/2020**

Nota: As decisões publicadas não produzem efeitos jurídicos de ciência do ato. Os acórdãos serão disponibilizados no portal do Conselho de Contribuintes no prazo de dois dias úteis a contar desta publicação.

Recursos nºs 53.919 e 53.920. - Processos nºs E-04/067.243/2012 e E04/067.244/2012. - Recorrente: FLUKE ENGENHARIA LTDA. - Recorrida: TERCEIRA TURMA DA JUNTA DE REVISÃO FISCAL. - Relatora: Conselheira Fábia Trope de Alcântara. - DECISÃO: Por unanimidade de votos, foi dado provimento aos recursos voluntários, nos termos do voto da Conselheira Relatora. - Acórdãos nºs. 18.936 e 18.937. - EMENTA: OPERAÇÕES DE EXPORTAÇÃO QUE NÃO FORAM COMPROVADAS. Insuficiência no relato do auto de infração. Situação fática que só foi devidamente esclarecida no curso do processo. Julgamento de primeira instância anulado, por ter sido baseado em dispositivos não mencionados no auto de infração. Retorno à primeira instância para novo julgamento. Designado novo relator, foi determinada a retificação do auto, em 2018, para inclusão de dispositivos legais que não constavam no auto de infração original, lavrado em 2010. Inclusão de dispositivos considerada necessária pelo julgador de primeira instância, em razão dos argumentos apresentados pela Recorrente, relativos a benefícios fiscais de exportação nos regimes de DAC e REPETRO. A despeito da inclusão dos dispositivos infringidos, o relato do auto de infração ainda continha lacunas que prejudicava o perfeito entendimento. RECURSO VOLUNTÁRIO PROVIDO. O prazo para recurso se inicia após a intimação pela Inspetoria de origem.

**Decisão proferida na Sessão Ordinária  
por videoconferência do dia 14/05/2020**

Nota: As decisões publicadas não produzem efeitos jurídicos de ciência do ato. Os acórdãos serão disponibilizados no portal do Conselho de Contribuintes no prazo de dois dias úteis a contar desta publicação.

Recurso nº 75.804. - Processo nº E-04/211/16826/2019. - Recorrente: JUNTA DE REVISÃO FISCAL. - Interessada: BRAZUL TRANSPORTE DE VEÍCULOS LTDA. - Relatora: Conselheira Fábia Trope de Alcântara. - DECISÃO: A unanimidade de votos, foi negado provimento ao recurso de ofício, nos termos do voto da Conselheira Relatora. - Acórdão nº 18.848. - EMENTA: ICMS - RECURSO DE OFÍCIO. Confirmada a decisão do julgador de Primeira Instância, pelos seus próprios motivos e fundamentos. RECURSO DE OFÍCIO DESPROVIDO.

Processo de publicação nº SEI-20071-001/000011/2020.

Id: 2278091

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
QUARTA CÂMARA**

**Decisão proferida na Sessão Ordinária realizada  
por videoconferência do dia 22/07/2020**

Nota: As decisões publicadas não produzem efeitos jurídicos de ciência do ato. Os acórdãos serão disponibilizados no portal do Conselho de Contribuintes no prazo de dois dias úteis a contar desta publicação. Processo nº SEI-20071-001/000009/2020.

\*Recurso nº 76.007 - Processo nº E04/211/20471/2019. - Recorrente: JUNTA DE REVISÃO FISCAL. - Interessada: MVX COMÉRCIO ELETRÔNICO S/A. - Relator: Conselheiro Antonio Lopes Caetano Lourenço. - DECISÃO: Por unanimidade de votos, foi negado provimento ao recurso de ofício, nos termos do voto do Conselheiro Relator. - Acórdão nº 18.210. EMENTA: ICMS - RECURSO DE OFÍCIO. Confirmada a decisão do julgador de Primeira Instância, pelos seus próprios motivos e fundamentos. RECURSO DE OFÍCIO DESPROVIDO. \*Republished por incorreção no original publicado no D.O. de 09/10/2020.

Id: 2278217

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
QUARTA CÂMARA**

**Decisão proferida na Sessão Ordinária realizada  
por videoconferência do dia 22/07/2020**

Nota: As decisões publicadas não produzem efeitos jurídicos de ciência do ato. Os acórdãos serão disponibilizados no portal do Conselho de Contribuintes no prazo de dois dias úteis a contar desta publicação. Processo nº SEI-20071-001/000009/2020.

\*Recurso nº 76.015 - Processo nº E04/211/19249/2019. - Recorrente: JUNTA DE REVISÃO FISCAL. - Interessada: SCHLUMBERGER SERVIÇOS DE PETRÓLEO LTDA. - Relator: Conselheiro Antonio Lopes Caetano Lourenço. - DECISÃO: Por unanimidade de votos, foi negado provimento ao recurso de ofício, nos termos do voto do Conselheiro Relator. - Acórdão nº 18.209. EMENTA: ICMS - RECURSO DE OFÍCIO. Confirmada a decisão do julgador de Primeira Instância, pelos seus próprios motivos e fundamentos. RECURSO DE OFÍCIO DESPROVIDO.

\*Republished por incorreção no original publicado no D.O. de 09/10/2020.

Id: 2278216

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA  
CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
QUARTA CÂMARA**

RETIFICAÇÃO  
D.O. DE 28/10/2020  
PÁGINA 15 - 2ª COLUNA

Pauta de Julgamento para a Sessão Ordinária  
do dia 03 de novembro de 2020, às 14h.

Onde se lê: Recurso: 76.383/RO - Processo nº E-04/211/003792/2019 - Interessada: NOVA ALTESE COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS LTDA...

Leia-se: Recurso: 76.386/RO - Processo nº E-04/211/003792/2019 - Interessada: NOVA ALTESE COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS LTDA... Processo nº SEI-20071-001/000009/2020

Id: 2278103

**Secretaria de Estado de Desenvolvimento  
Econômico, Energia e Relações Internacionais**

**ADMINISTRAÇÃO VINCULADA**

**SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO,  
ENERGIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
AGÊNCIA REGULADORA DE ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**DESPACHO DO CONSELHEIRO-PRESIDENTE  
DE 22.11.2020**

**PROCESSO Nº SEI-22/0007/001495/2020 - RATIFICO** a dispensa de licitação, referente à contratação de locação de imóvel situado na Avenida Treze de Maio nº 23, 24º andar, Lado B, Centro, Rio de Janeiro - RJ, no valor global de R\$ 612,809,70 (seiscentos e doze mil oitocentos e nove reais e setenta centavos), pelo período de 30 (trinta) meses, em favor da Empresa ASO ADMINISTRADORA DE BENS LTDA, em conformidade com o art. 24, X, da Lei Federal nº 8.666/93, de acordo com a Promoção da Procuradoria da AGENERSA nº 177 RLC - documento 9543179.

Id: 2278147

**SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO,  
ENERGIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE**

**PORTARIA CODIN Nº 05 DE 28 DE OUTUBRO DE 2020**

**DESIGNA A COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CODIN, PARA REALIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS RELATIVOS À SELEÇÃO PÚBLICA Nº 001/2020.**

**O DIRETOR-PRESIDENTE DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CODIN, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Federal nº. 13.303/2016 no Decreto Estadual nº 42.301/2010, alterado pelo Decreto nº 45.600/2016, no Regulamento de Licitações e Contratos da CODIN/RJ, de 24 de julho de 2018 e, nos casos omissos, na Lei 8.666/93, tendo em vista a Seleção Pública nº 001/2020, conforme Processo Administrativo nº SEI 220010/000102/2020,**

**RESOLVE:**

**Art. 1º - Designar a Comissão Especial de Seleção da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro - CODIN, para a realização dos procedimentos relativos à SELEÇÃO PÚBLICA Nº 001/2020, conforme Processo Administrativo nº SEI-220010/000102/2020, que passa a ter a seguinte composição:**

**Presidente:**  
**IVINI CAMARGO ALVES - ID. Funcional nº 5112832-2;**

**Membros:**  
**CLAUDIA TORRES DE OLIVEIRA - ID. Funcional nº 5102255-9**  
**FERNANDO CÉSAR AZEREDO DA SILVA - ID. Funcional nº 5102912-0**  
**CRISTIANO RUFINO SANDES - ID. Funcional nº 4394353-5**  
**JULIANE AGUIAR SILVEIRA DA GAMA - ID. Funcional nº 5112825-0**  
**JUSSIRA MARIA FREITAS DE CARVALHO - ID. Funcional nº 2706882-0**

**Art. 2º - A Seleção Pública Internacional, a que se refere esta Portaria, tem por objeto a seleção da empresa ou consórcio que irá constituir Pessoa Jurídica para exercer, em regime de exclusividade, a Administração da Zona de Processamento de Exportação do Açu, incluída a implantação, manutenção e exploração das competentes atividades e serviços necessários para o seu funcionamento, bem como adquirir o Imóvel onde a ZPE instalar-se-á.**

**Art. 3º - O mandato dos integrantes da Comissão Especial de Seleção Pública será encerrado na data da efetiva contratação da pessoa jurídica selecionada.**

**Art. 4º - Dê-se imediato conhecimento do presente ato ao i. Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.**

**Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.**

**Rio de Janeiro, 28 de outubro de 2020**

**FÁBIO EDUARDO GALVÃO FERREIRA COSTA**

**Diretor Presidente**

Id: 2278246

**SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO, ENERGIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
LOTERIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**DESPACHOS DO DIRETOR ADMINISTRATIVO  
DE 26/10/2020**

**PROCESSO Nº SEI-220006/000488/2020 - RATIFICO**, a dispensa de licitação, a favor da IOS INFORMÁTICA ORGANIZAÇÃO E SISTEMAS LTDA, com fulcro no art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93, nos termos da autorização do Ordenador de Despesa.

Id: 2278099

**Secretaria de Estado de Infraestrutura e Obras**

**SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E OBRAS**

**ATOS DO SECRETÁRIO**

**PORTARIA SEINFRA Nº 45 DE 28 DE OUTUBRO DE 2020**

**INSTITUI O GESTOR E A RESPECTIVA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E DE RECEBIMENTO DE ACEITE PROVISÓRIO E DEFINITIVO DO CONTRATO Nº 004/2019, OBJETO DO PROCESSO SEI Nº E-17/001/778/2017, CELEBRADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E OBRAS, COMO CONTRATANTE, E A EMPRESA CTESA CONSTRUÇÕES LTDA, COMO CONTRATADA.**

**O SECRETÁRIO DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E OBRAS**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no Decreto nº 45.600, de 16/03/2016 e no Processo nº SEI E-17/001/778/2017,

**CONSIDERANDO:**

- que a Administração Pública tem o poder-dever de planejar, gerenciar, acompanhar e fiscalizar a atuação da contratada, de modo a garantir o adimplemento do objeto contratado, bem como detectar, antecipadamente, práticas em desconformidades ou defeituosas;

- a necessidade de padronização dos procedimentos atinentes à gestão à fiscalização dos contratos administrativos;

- a importância de propiciar aos agentes públicos, de forma sintetizada e objetiva, orientações de caráter preventivo;

- o disposto nos arts. 67,73 e 74, da Lei Federal nº 8666, de 21de junho 1993, e no art. 239 da Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1979;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Designar o Gestor do Contrato e a respectiva Comissão de Fiscalização para realizar o acompanhamento, gestão, fiscalização e recebimento de Aceite Provisório e Definitivo do contrato nº 004/2019, celebrado entre a SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E OBRAS-SEINFRA e a Empresa CTESA CONSTRUÇÕES LTDA, por meio do Processo nº SEI E-17/001/778/2017, que tem como objeto a execução das Obras de Contenção e Drenagem na localidade de Jardim Califórnia, no município de Nova Friburgo/RJ.

**GESTOR DO CONTRATO**

JOSÉ ANTÔNIO PEREZ ROJAS MARIANO DE AZEVEDO - ID: 5106502-9.

**COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO**

JOSÉ GIOVANINI FILHO - ID: 5007338-9 - Presidente;

JOÃO JOSÉ DE CARVALHO FILHO - ID: 5024411-6; e

VINICIUS GOMES DE QUEIROZ - ID: 5092527-0.

**Art. 2º** Caberá ao Gestor e aos fiscais da Comissão, os atos concernentes ao acompanhamento da execução do contrato, além do previsto nos artigos 12 e 13 do Decreto Estadual nº 45.600/2016, incumbindo-lhes:

I - Verificar se a execução do contrato está sendo realizada em conformidade com o objeto do mesmo;

II - anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou impropriedades observadas;

III - adotar, no limite de sua competência, as providências que julgar necessárias à preservação dos interesses do Estado, promovendo a atestação dos documentos fiscais e praticando os demais atos indispensáveis à boa e regular execução do contrato sob sua responsabilidade; e

IV - solicitar a seus superiores, em tempo hábil, para a adoção das medidas cabíveis, as providências que ultrapassarem a competência da Comissão de Fiscalização.

**Art. 3º** - Caberá ao Presidente desta Comissão, emitir Aceitação Provisória e Definitiva relativa à execução dos objetos contratuais.

**Art. 4º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Rio de Janeiro, 28 de outubro de 2020**

**BRUNO KAZUHIRO OTSUKA NUNES**

**Secretário de Estado de Infraestrutura e Obras**

Id: 2278139